**ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: SENTIDOS DA DOCÊNCIA PARA O PROFESSOR E DESAFIOS EMERGENTES.**

Raimundo Fábio da Silva

Professor Substituto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

proffsilvae@gmail.com

Ivanaldo Santos

Professor do Curso de Mestrado em Ensino

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

ivanaldosantos@yahoo.com.br

**RESUMO**

Este artigo foi produzido a partir da pesquisa realizada durante o Curso de Mestrado Acadêmico em Ensino, na linha de Ensino de Ciências Humanas e Sociais. A pesquisa tinha como objetivo investigar quais os sentidos que os professores de filosofia atribuem a sua prática docente. Nesse artigo, apresentam-se as conclusões dessa pesquisa, apontando os sentidos encontrados para a prática docente de filosofia, os principais problemas relacionados à atividade docente e as perspectivas esboçadas diante da realidade atual. A pesquisa chegou à conclusão que o sentido atribuído à prática docente de filosofia no Ensino Médio está ligado ao trabalho de *desenvolver o pensamento crítico dos alunos* e *contribuir com a sua formação humana para a vida em sociedade*. Dessa forma, não pode deixar de apontar para a necessidade da continuidade da disciplina, em seu caráter obrigatório, dentro de um projeto educacional comprometido com a formação integral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino de Filosofia. Sentido de Docência. Formação Integral.

1. **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho é fruto da dissertação elaborada no Curso de Mestrado acadêmico na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, no Campus de Pau dos Ferros. Teve como objetivo principal investigar quais os sentidos que os professores de filosofia atribuem a sua prática docente, utilizando-se do método fenomenológico, para interpretar as percepção dos docentes. Foram entrevistados cinco professores de escolas situadas nas cidades que compõem a IX Diretoria de Ensino e Cultura (DIREC) vinculada à Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte (SEEC/RN).

A pesquisa concluiu que o sentido que os professores atribuem a sua prática docente de filosofia no Ensino Médio está ligado ao trabalho de *desenvolver o pensamento crítico dos alunos* e *contribuir com a sua formação humana para a vida em sociedade*. Esta é, portanto, a razão da existência da filosofia no Ensino Médio, em suas percepções, e é a partir dela que o trabalho docente em filosofia deve se pautar. Consequentemente, os resultados aqui encontrados possibilitam um novo olhar sobre questões antigas, exigem certas modificações no trabalho docente de filosofia, permitem que sejam lançadas novas propostas para o ensino dessa disciplina no Ensino Médio e, principalmente, alertam para a necessidade da continuidade da disciplina no projeto educacional que se comprometa com o ensino de formação integral.

1. **UM SENTIDO PARA A DOCÊNCIA DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO**

Encontrar o sentido da docência de Filosofia no Ensino Médio na visão do professor foi o objetivo desta pesquisa. Ao serem questionados sobre o que significa ensinar Filosofia no Ensino Médio, os professores apresentaram sua percepção, que engloba todas as esferas da prática docente em Filosofia. Segundo eles, o sentido principal do ensinar filosofia é *o desenvolvimento do pensamento crítico e a formação humana para a vida em sociedade*.

Sobre a primeira sentença que compõe esse sentido, o relato dos professores demonstra que eles entendem que o sentido do ensinar filosofia está ligado ao próprio conceito que possuem de filosofia. Para eles, a filosofia é *busca e exercício do pensamento crítico.*

Ter um conceito de filosofia e elegê-lo a partir de uma escolha axiológica, de modo a pautar sobre ele a sua prática é uma exigência dos PCNEM (BRASIL, 1999). De fato, se não se define que filosofia se quer ensinar, não se pode pensar uma prática educativa eficaz nessa disciplina. A escolha axiológica do conceito de filosofia, partindo daquilo que o professor considera justificável, é condição *sine qua non* para o ensino de filosofia no Ensino Médio. Portanto, esse sentido atribuído à filosofia é fundante na docência da disciplina.

Revestido assim de tamanha importância, o sentido dado à filosofia no Ensino Médio é linha norteadora das outras facetas do ensinar filosofia. Se, realmente, a filosofia é a *busca* e o *exercício* do *pensamento crítico*, então seu ensino deverá ter ao menos dois caminhos a serem seguidos: primeiro, a compreensão da filosofia como busca do conhecimento, como aquela que não se conforma com o dado, mas lança-se para além das aparências, para além dos conhecimentos imediatos, para além das certezas constituídas. O conhecimento filosófico, nesse caso, deve ser fruto do espanto. Depois, o exercício do pensamento crítico exige como ponto de partida a dúvida metódica, pois a busca pelo conhecimento nasce quando o ser admirado, espantado, como propõe Platão (2010), lança-se um olhar diferenciado para a realidade que sempre esteve presente em sua frente, mas que agora se torna totalmente nova. Contudo, esse olhar é aguçado pela dúvida, não apenas cética, mas metódica, aos moldes cartesianos (DESCARTES, 2002), de modo a investigar e retirar do objeto que se deseja conhecer as certezas claras e evidentes. Assim, a busca nasce do espanto e o exercício do pensamento crítico, da dúvida.

Portanto, esse não pode deixar de ser o alicerce da docência de filosofia no Ensino Médio. Nele, o ensino de filosofia precisa se ajustar e, a partir dele, se projetar. Esse conceito de filosofia, enquanto busca e exercício do pensamento crítico, consequentemente, deve determinar os objetivos, as metodologias e os conteúdos do ensino de filosofia.

A segunda sentença que compõe esse sentido, a saber, a formação humana, *a formação humana para a vida em sociedade* engloba o que anteriormente foi dito sobre o primeiro sentido e acrescenta-lhe um novo viés. Segundo Rodrigues (2001), o objetivo da educação é a formação humana integral do aluno. Assim sendo, tendo o ensino de Filosofia o sentido de formação humana, o que dele se pode esperar é que esteja empenhado em formar o ser humano em sua integralidade, fazendo a parte que lhe cabe nesse processo.

Segundo Saviani (2013), é pela educação que se forma o ser humano, através do repasse dos conteúdos culturais produzidos historicamente pela sociedade humana. Esses conteúdos são os mais variados possíveis: são filosóficos, religiosos, artísticos, éticos, morais, científicos, linguísticos, técnicos, políticos, econômicos, em suma, são o conjunto das produções humanas. A Filosofia como saber plural e interdisciplinar, que se arroga o título de ser holística, de ser radical e rigorosa, possui amplas discussões sobre todos esses aspectos que compõem a existência humana. Por isso, a sua ausência na formação humana geraria um descompasso e um prejuízo incalculável no currículo escolar.

Contudo, não basta apenas a sua presença, mas o foco que ela deve tomar. Em uma sociedade cada vez mais egoísta, hedonista, tecnicista, individualista e com princípios morais, no mínimo duvidosos, tal como é a sociedade pós-moderna em suas mais variadas crises, o ensino de Filosofia precisa se voltar para a formação humana, no sentido de contribuir para a valorização do indivíduo e da sociedade, numa perspectiva da ética, da solidariedade, do respeito e da compreensão mútua.

A prática do docente de filosofia deve estar voltada à formação humana para a vida em sociedade. Essa assertiva contém em si uma proposta de modificação não apenas do papel da filosofia no Ensino Médio, mas da própria escola secundária e, nesse contexto, toma proporções de uma crítica construtiva.

A filosofia sempre teve com as humanidades uma rica relação, tanto é que embora seja um saber ligado a todas as áreas do conhecimento, hoje é classificada como integrante do grupo das ciências humanas (BRASIL, 1999; 2002; 2006). Entretanto, sua contribuição específica para a formação do homem ultrapassa de muito o âmbito interdisciplinar pressuposto de sua relação com disciplinas componentes do currículo obrigatório, como sociologia, história e geografia. É primeiramente o caráter transdisciplinar da filosofia que oferece ao formando do Ensino Médio a possibilidade de interagir com todos os saberes e esferas do mundo que compõe sua vivência. Por ser um saber plural, a filosofia oferece instrumentos intelectuais para a compreensão básica e substancial das ciências humanas, exatas, biológicas, da ética, da política, da arte, da linguagem, da lógica, da religião, do próprio conhecimento.

Por isso, a filosofia, se direcionada para a formação humana integral (RODRIGUES, 2001), como componente essencial desse processo, é capaz de ofertar ao aluno um conhecimento que não pode ser dado por nenhuma de suas parceiras no currículo oficial. A filosofia, como um conhecimento de cunho radical, rigoroso e totalizante (SAVIANI, 1985), possibilita a interação com todas as esferas da vida do educando, favorecendo o posicionamento frente aos problemas do mundo moderno e iluminando as respostas a serem dadas pelos alunos.

Não é pretensão desta pesquisa afirmar que a filosofia, sozinha, é capaz de formar integralmente o indivíduo. Não é esta a proposta. O defendido é que ela é um instrumento essencial e sua ausência nesse processo acarretaria prejuízos incalculáveis. Dessa forma, é preciso que se reveja o papel da filosofia no Ensino Médio para direcioná-la ao seu sentido formativo. Os documentos oficiais (BRASIL, 1999; 2002; 2006) apontam como objetivo a formação de competências de leitura de textos filosóficos, argumentação, contextualização, mas esses não podem ser a finalidade última. Se assim o fosse, a filosofia teria objetivos puramente técnicos e utilitaristas. Ao contrário, as competências devem ser alcançadas dentro do processo que vise a formação humana para a sociedade, isto é, que o aluno saiba ler, escrever, argumentar e contextualizar filosoficamente, mas que isso seja aplicado a sua vivência real enquanto cidadão e componente humano da sociedade.

É preciso que o aluno compreenda seu papel enquanto indivíduo humano, que está solidariamente ligado a todos os habitantes do mundo e com eles mantêm uma relação de respeito e responsabilidade. A formação humana precisa lutar contra os processos de reificação e desumanização da sociedade pós-moderna. A filosofia possui, sem dúvidas, um arcabouço de discussões para iluminar tais processos. A escola necessita apenas redirecionar seus esforços para esse objetivo comum.

1. **DIFICULDADES NO ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO: PRESENÇA RELATIVIZADA, CONTEÚDOS E MÉTODOS, CARGA HORÁRIA DA DISCIPLINA E PERFIL DO ALUNADO**

Muitas são as dificuldades que estão ligadas a um ensino de filosofia que contemplem os sentidos acima descritos. A partir do relato dos professores é possível destacar algumas delas.

Primeiramente, o contexto histórico da disciplina de filosofia tem grande influência sobre a sua situação atual no Ensino Médio, pois suas constantes idas e vindas do currículo escolar acabaram por relativizar sua importância como disciplina e não permitiram a constituição de uma tradição escolar em relação a seus métodos e conteúdos.

A importância dada à filosofia na escola secundária não teve um consenso histórico nos governos brasileiros. Ao contrário, quando se observa a análise histórica feita por Alves (2002) e Horn (2000), percebe-se que a situação da filosofia enquanto disciplina do currículo sempre esteve ligada a interesses dominantes, sendo essa a razão pela qual ela fora considerada obrigatória, opcional e até mesmo excluída do currículo. Sua condição enquanto disciplina dependeu da visão defendida pelos governos durantes as várias etapas da história do Brasil. Consequentemente, não foi possível construir uma tradição em relação ao ensino dessa disciplina.

Em razão da falta de tradição, não é possível identificar um consenso acerca da importância da filosofia. Não se questiona matemática ou linguagem (escrita), disciplinas desde sempre presentes e importantes para a vivência em sociedade, haja vista terem sido sempre objeto de ensino, seja institucionalizado ou não; nem mesmo, as disciplinas de física, química ou biologia, comuns para um mundo no qual o positivismo teve sucesso. Contudo, se questiona a importância da filosofia – talvez também pela crise que as ciências humanas têm passado no século XX – como se estivesse aberta a possibilidade de se formar o ser humano, sem prejuízo, mesmo na ausência desse conhecimento. Portanto, a inconstância da filosofia enquanto componente curricular obrigatório acabou por fazer de sua presença algo relativo, ofuscando-lhe a natureza de um saber essencial para a constituição do ser humano.

Saviani (2013) defende que a educação é um processo de humanização, através do qual se repassa para os indivíduos mais novos da sociedade os conhecimentos historicamente constituídos através dos quais o ser humano produziu para si um mundo próprio. Em sua visão, os conteúdos da educação são todos aqueles culturalmente relevantes para esse processo de formação. Não resta dúvida de que a filosofia possui um arsenal de conhecimentos acumulados durante cerca de vinte e cinco séculos na sociedade ocidental. Portanto, sua importância na formação integral do ser humano deve ser incontestável

Infelizmente, a história volta a se repetir e a relativização dos conteúdos filosóficos passa novamente para um período de efervescência. Testemunha-se, nesses dias, a retirada do caráter obrigatório da disciplina da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por meio da Medida Provisória nº 746 de 22 de setembro de 2016 (BRASIL, 2018b) e pela Lei n.º 13.415, de 16 de fevereiro 2017 (BRASIL, 2018a), deixando a permanência da filosofia no Ensino Médio vinculada apenas à Base Nacional Comum Curricular. Esse fato negligencia toda a discussão realizada entre 1996, ano da publicação da LDB 9.394 (BRASIL, 2016a), e o ano de 2008, quando a filosofia recebeu novamente o título de disciplina obrigatória pela Lei nº 11.648 (BRASIL, 2016b). A história comprova que todas as vezes que a filosofia não figurou na lei como obrigatória, ela foi menosprezada ou mesmo excluída (ALVES, 2002). Isso é uma das provas que a sociedade brasileira ainda não alcançou uma compreensão nítida acerca da importância da filosofia.

A questão, portanto, toma contornos ainda mais problemáticos quando vista do ângulo da prática: como fazer com que os alunos, os professores e a própria escola enxerguem a importância da filosofia se para o governo ela possui caráter utilitarista e descartável? Se sua retirada é sempre possível? Se a disciplina ainda não alcançou o mínimo de respeito para estabelecer sua permanência? Isso talvez seja até mesmo uma questão de ética.

Essa relativização acerca da importância da filosofia, traduzida na sua inconstante permanência no currículo, incide diretamente e negativamente na constituição de uma tradição filosófica disciplinar. Não se tem métodos comprovados de ensino de filosofia, visto que todas as vezes que a filosofia foi retirada, precisou-se começar praticamente do zero. As suas idas e vindas não permitiram que metodologias fossem apuradamente testadas e comprovadas. Restou sempre a referência à graduação baseada na leitura, interpretação e produção de textos, razão pela qual Rodrigo (2009) afirma que a metodologia mais utilizada é a aula expositiva e a leitura do livro didático. A filosofia ainda não conseguiu consagrar o seu método de ensino.

Também não conseguiu solidificar uma base de conteúdos que componham seu currículo oficial. Como também afirma Rodrigo (2009), a eleição de conteúdos é o maior problema que os professores enfrentam em sua prática docente de filosofia. Que existe uma lista de conteúdos, isso não se pode negar: ela está presente nas OCNEM (BRASIL, 2006), nos PCN+ (BRASIL, 2002) e pode ser extraída de vários exemplares de livros didáticos. O mais problemático, no entanto, é que essa lista não tem uma aceitação comum; ela independe dela mesma, está mais ligada aos critérios subjetivos dos professores.

Essas duas problemáticas oriundas da história da filosofia, enquanto disciplina na escola secundária brasileira, aparecem nos discursos dos professores como desafios a serem superados e como fatores negativos na prática docente. Os professores não chegaram a um consenso sobre os conteúdos e nem como organizar sua grade curricular. Ao passo que também reclamam da falta de importância dada à disciplina pelo governo, pelos diretores escolares, pelos outros professores e, principalmente, pelos alunos.

Em verdade, caso se queira que a disciplina de filosofia produza alunos mais críticos, dentro de uma perspectiva de formação humana integral, a valorização à disciplina precisa ser revista e um trabalho de conscientização, prioritariamente destinado às comunidades escolares, necessita ser implementado. Ademais, isso deve se traduzir em uma carga horária compatível com a importância dessa disciplina.

Outro desafio é o perfil do alunado. Apresentando índices baixíssimos de competências linguísticas e lógico-matemáticas (INEP, 2016), o perfil dos alunos do Ensino Médio público brasileiro constitui uma realidade dramática para a docência de uma disciplina que exige de seus estudantes um esforço nas atividades de leitura e no raciocínio lógico. Essa realidade foi unanimemente denunciada pelos professores entrevistados como sendo a maior dificuldade para o ensinar filosofia no Ensino Médio.

De fato, as carências dos alunos do Ensino Médio em relação a tais habilidades acabam por prejudicar o processo de ensino e atravanca o alcance dos resultados objetivados, pois a falta de habilidades leitoras prejudica a interação dos alunos com a disciplina, as produções, o processo de argumentação, a contextualização e a compreensão dos temas trabalhados. Com efeito, não há de se esperar excelência na disciplina de filosofia, área voltada para elaboração conceitual, enquanto grande parte de seus estudantes não é capaz de ler nem textos simples, quanto mais os filosóficos (RODRIGO, 2009).

Se por um lado, pode-se afirmar que existe um esforço dos alunos e professores para alcançar os objetivos desejados, de outro, percebe-se que o problema é bem mais complexo do que se pensa à primeira vista. A questão do nível de habilidades dos alunos está muito além do simples sistema educacional e seu currículo, está encravado e é alimentado constantemente pela crise de sentido da própria escola.

Nesse ponto, as análises de Charlot (2014) são de grande auxílio para a compreensão dessa realidade particular. A questão levantada por Charlot (2014) acerca da escola pública brasileira é que os alunos não sabem o que a escola faz, nem o que se faz na escola. Verdade é que estão matriculados, que nela passam uma boa parte de horas de seus dias, mas os alunos não conseguem compreender que a escola tem a função de ensinar e lá eles estão para aprender os conteúdos necessários à humanização da cria do homem. Segundo a análise do autor, falta aos estudantes das escolas públicas brasileiras essa compreensão essencial do processo educativo escolar.

Em razão disso, os alunos não conseguem estabelecer uma relação positiva com o saber, não se mobilizam a aprender, não conseguem realizar a significação do trabalho escolar como algo que se almeje enquanto objetivo. Dessa relação deficitária com o saber surgem as mais diversas e complexas dificuldades de aprendizagem e apatia estudantil. Como diz Charlot (2014), para o estudante que não quer aprender, a didática não tem muito a dizer.

É obvio que não se está aqui depositando a culpa da não aprendizagem dos alunos somente neles mesmos, mas apenas evidenciando àquela que é a sua maior razão. De fato, a escola brasileira em si passa por uma crise de longas datas. A falta de tantos elementos essenciais ao seu bom funcionamento, tais como infraestrutura, materiais didáticos, alimentação de qualidade, professores capacitados e, principalmente, a falta abertura para o mundo da vida, afeta, diretamente, em maior ou menor proporção, a compreensão do aluno sobre o saber e sua relação com este.

Charlot (2014) propõe que a escola precisa deixar clara a sua função e fazer a ligação entre os conteúdos, os alunos e o mundo da vida. É necessário que a escola ensine, que o professor ministre suas aulas, que os alunos sejam ativos nesse processo, que estudem, que produzam, que escutem, que falem; como também, é preciso que a escola faça o elo indispensável entre os conteúdos a serem ensinados e a realidade de vida do aluno. Só assim gerar-se-á a mobilização para estabelecer uma autêntica relação com o saber.

Em uma escola na qual os alunos passaram, no mínimo, doze anos estudando e não dominam ainda as competências básicas de linguagem e matemática, não se pode afirmar que exista uma relação positiva com o saber institucionalizado.

Dessa forma, é preciso que antes de tentar resolver o problema do ensino de filosofia em uma escola de massas (RODRIGO, 2009), tente-se resolver primeiro o problema da escola, enquanto instituição responsável pela transmissão dos conteúdos culturalmente relevantes (SAVIANI, 2013). Enquanto esse problema não for revisto, os professores de filosofia terão que lidar com um público que é fruto de uma escola primária limitada e com pouco sentido.

Contudo, enquanto isso não se torna realidade, o professor terá que repensar a sua prática tendo em vista o perfil de alunos que ele tem acesso. Se as dificuldades consistem em limitações leitoras, que se parta delas para a execução da tarefa de formar um indivíduo que busca e exercita seu senso crítico. Consequentemente, é necessário reservar um tempo para se trabalhar dentro da disciplina de filosofia, metodologias que favoreçam o desenvolvimento dessas habilidades.

Essa, portanto, será tarefa também dos cursos de licenciaturas em filosofia, que ministram a formação inicial do professor. Como averiguado nesta pesquisa, nos últimos anos os cursos de filosofia se abriram mais à problemática do ensino, através de estágios, seminários práticos, programas de iniciação à docência. Essa abertura precisa continuar e ser coroada com mais reflexões acerca do que se denomina *o chão da escola*. É preciso investigar a realidade escolar, as vivências dos alunos enquanto discentes de filosofia no Ensino Médio, a prática docente dos professores, os contextos nos quais a disciplina está inserida dentro da comunidade escolar, para se propor soluções adequadas à prática de ensino em filosofia. Só fazendo dos graduandos pesquisadores ligados à realidade da sala de aula é que se logrará algum tipo de sucesso. Ao contrário, enquanto existir a defesa de discursos que consideram o alunado já totalmente motivado, pronto para ler os textos filosóficos, ávido por discussões, teme-se que não se conseguirá grandes mudanças.

Entretanto, não se pode também permanecer em uma visão fatalista, como se o perfil do alunado foi ponto determinante de um fracasso ou de uma conjuntura fadada à imutabilidade. Os professores apontam como aptidão principal dos alunos sua abertura ao novo, sua sede por saber mais, sua faceta questionadora. Essas caraterísticas podem ser um excelente ponto de partida para a mudança. A atividade da crítica precisa ser embasada, isso é um fato. Contudo, para que haja a crítica é necessária a disponibilidade, a abertura ao processo de reflexão. Isso é possível encontrar nos alunos. Portanto, essas são as qualidades que precisam ser reforçadas, pois elas estão a favor da transformação da escola e do exercício do saber filosófico.

**4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar quais os sentidos os professores de filosofia atribuem a sua prática docente e concluiu que ele está ligada ao trabalho de desenvolver o pensamento crítico dos alunos e contribuir com a sua formação humana para a vida em sociedade. Esta é, portanto, a razão da existência da filosofia no Ensino Médio, em suas percepções, e é a partir dela que o trabalho docente em filosofia deve se pautar. Consequentemente, os resultados aqui encontrados possibilitam um novo olhar sobre questões antigas, exigem certas modificações no trabalho docente de filosofia e permitem que sejam lançadas novas propostas para o ensino dessa disciplina no Ensino Médio.

Tais sentidos de docência novamente encontram na realidade educacional brasileira o seu contraponto. Em época em que a nova reforma do Ensino Médio desvinculou a obrigatoriedade do ensino de Filosofia, deixando a disciplina ligada apenas à Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio, que por sua vez, determina apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática como obrigatórias, vê-se, mais uma vez desenhar-se um panorama de desvalorização da disciplina, como foi próprio em todos os modelos governamentais que a consideravam perigosa.

A disciplina de Filosofia poderá amargar em breve as consequências da perda de seu caráter de obrigatoriedade. Contudo, cabe-se perguntar: se o sentido do ensino de Filosofia é desenvolver o pensamento crítico dos alunos e contribuir com a sua formação humana para a vida em sociedade, que objetivos um projeto educacional que a exclui do currículo almeja alcançar? Na pior das hipóteses, o de ofertar uma educação desvinculada da criticidade e voltada apenas para a formação de mão-de-obra técnica.

Embora, a experiência do ensino de filosofia possua tantos desafios, não pode ser razão para justificar sua saída ou mesmo para a desistência desse ensinar. Continuar a ensinar Filosofia precisa ser uma decisão embasada em princípios de uma estética da sensibilidade, de uma política da igualdade e de uma ética da identidade, para o pleno desenvolvimento do sujeito humano. Ensinar Filosofia é um ato de fé num processo educacional holístico.

**REFERÊNCIAS**

ALVES, Dalton José. **A filosofia no ensino médio:** ambiguidades e contradições na LDB. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. (Coleção Educação Contemporânea).

BRASIL**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Lei nº 9.394, 20 dez. 1996**. Versão atualizada. Brasília, DF. [s.d.] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016a.

\_\_\_\_\_\_**. Lei Federal nº 11.684, 02 jun. 2008**. Brasília, DF. [s.d.]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm>. Acesso em: 15 jan. 2016b.

\_\_\_\_\_\_**. Lei Federal nº 13.415, 16 fev. 2017**. Brasília, DF. [s.d.]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art3>. Acesso em: 01 out. 2018a.

\_\_\_\_\_\_**. Medida Provisória nº 746, 22 set. 2016**. Brasília, DF. [s.d.]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-publicacaooriginal-151123-pe.html>. Acesso em: 01 out. 2018b.

\_\_\_\_\_\_. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio:** Ciências Humanas e suas Tecnologias. V. 3. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Básica, 2006.

\_\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), 1999.

\_\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. PCN+ Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências humanas e suas tecnologias. Brasília: MEC – Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), 2002.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas.** São Paulo: Cortez, 2014.

DESCARTES, René. **Meditações sobre a filosofia primeira**. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

HORN, Geraldo Balduíno. A presença da filosofia no currículo do ensino médio brasileiro: uma perspectiva histórica. In: GALLO, Sílvio; KOHAN, Walter Omar. **Filosofia no Ensino Médio.** 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 17-33. (Coleção Filosofia na Escola – Vol 6)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **Sistema de Avaliação da Educação Básica – Edição 2015**: Resultados. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao\_basica/prova\_brasil\_saeb/resultados/2015/resumo\_dos\_resultados\_saeb\_2015.pdf>. Acesso em 01 nov. 2016

PLATÃO. **Teeteto**. Trad. Adriana Manuela Nogueira e Marcelo Boeri. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

RODRIGO, Lídia Maria. **Filosofia em sala de aula.** Campinas, SP: Autores Associados, 2009. (Col. Formação de Professores)

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético.**Educação &Sociedade**,  Campinas ,  v. 22, n. 76, p. 232-257,  out.  2001 .   Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0101-73302001000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em  23  Jan.  2016.

SAVIANI, Demerval. **Educação do senso comum à consciência filosófica**. 6 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados,1985.

\_\_\_\_\_\_. **Pedagogia Histórico-Crítica**: primeiras aproximações. 11 ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.